

**Prezadas,
segue resposta:**

1-Só uma dúvida: os 143 bilhões de reais são compostos por recursos da União, dos estados, dos municípios, de bancos públicos e do setor privado? É possível saber quanto vem de cada fonte ou, pelo menos, qual parcela desse total veio do OGU e de financiamento público?

Resposta: O cálculo utilizado pela Agência Pública está errado. O correto é comparar valores de investimento (R\$ 143 bilhões) com o que é destinado para estudos e projetos (R\$ 400 milhões). Ou seja, desse total de investimento em mobilidade urbana no país, apenas 0,27 % refere-se a projetos e estudos, o que significa um apoio do Governo Federal de R\$ 400 milhões para os estados e municípios elaborarem esses documentos. Não é correto comparar obras de um metrô, por exemplo, com um corredor de ônibus, devido às suas diferentes complexidades e valores.

Vale ressaltar que as etapas licitatória, elaboração de projetos ou estudos, são considerados parte da obra, visto que são essenciais para tocar o empreendimento. Estudos e projetos alavancam os investimentos em infraestrutura; sem eles não há obras. O PAC2 tem diferentes processos de seleção. Em mobilidade urbana, especificadamente, ocorreram importantes seleções nessa área nos últimos quatro anos. Foi o caso do PAC Grandes Cidades (2011) e do PAC Média Cidades (2013), as obras de mobilidade urbana que constam na matriz de responsabilidade da Copa do Mundo, e o Pacto da Mobilidade Urbana, anunciado seleção em 2013. Esses processos foram realizados em conjunto e diálogo permanente com estados e municípios que apresentaram suas demandas. A prioridade do Governo Federal, desde a primeira seleção de obras, foi o transporte coletivo urbano. Nas primeiras seleções, para se ter uma ideia, muitos Estados e Municípios trabalhavam apenas com a noção de infraestrutura viária para melhorar o trânsito nas cidades e não com o conceito de mobilidade urbana.

Por se tratarem de seleções recentes, muitos municípios e estados, responsáveis pela elaboração dos projetos e estudos, ainda não finalizaram as propostas. O Governo Federal tem, inclusive, estendido o prazo de entrega das propostas (pela quarta vez) já que o interesse é realizá-las para benefício da população. Importante ressaltar que alguns desses municípios ficaram décadas sem receber investimentos para atacar os problemas dos grandes centros urbanos (habitação, mobilidade, saneamento) e até recentemente não possuíam estruturas para elaborar projetos e estudos de qualidade, tanto que o Governo Federal, diante desse problema, também começou a financiar a elaboração de estudos e projetos.

É nesse contexto que o Governo Federal os apoia disponibilizando os R\$ 400 milhões - dos R\$ 143 bilhões - destinados à elaboração de estudos e projetos que podem alavancar investimentos futuros em mais obras de mobilidade urbana. O Governo Federal disponibiliza recursos e é indutor de investimentos de transportes coletivos em estados e municípios. Obras e projetos são realizados por estados e municípios, inclusive, a execução dos mesmos.

Com isso, destacam-se alguns pontos relevantes sobre os investimentos em mobilidade urbana no país:

- O Governo Federal, em ação conjunta com estados e municípios, destina recursos para estimular a implantação de infraestrutura de sistemas de transporte público coletivo urbano.
- O total de R\$143 bilhões da carteira de mobilidade corresponde a investimentos em obras e inclui ainda R\$ 400 milhões destinados à elaboração de estudos e projetos que podem alavancar investimentos futuros em mais obras de mobilidade urbana.
- Várias fontes de recursos compõem estes investimentos: investimento federal (R\$ 95 bilhões), Orçamento Geral da União (OGU) - R\$ 33 bilhões, financiamento público (R\$ 62 bilhões), além de contrapartida de estados e municípios e do setor privado (R\$ 48 bilhões).
- Os investimentos estão presentes em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, beneficiando 118 municípios.
- Os modos de transporte contemplados variam conforme as necessidades de cada centro urbano, a demanda de passageiros e a viabilidade técnica e econômica de

implantação, resultando em diversos modais como: metrô, VLT, trem urbano, monotrilho, aeromóvel, BRT, corredor de ônibus e corredor fluvial.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO DAS CIDADES